



A ESPACIALIZAÇÃO DO SURDO EM BELÉM DO PARÁ. O TERRITÓRIO COMO USO SOCIAL DO ESPAÇO URBANO.

Alan Leonardo Oliveira Ferreira

ufpalan@gmail.com Docente de Geografia

Lilia Elizabeth Barbosa Pinheiro

lilia.ebd@hotmail.com Geografia Faculdades Ipiranga

Maria de Nazaré Moreira Valério

nazare.moreira@yahoo.com.br Geografia Faculdades Ipiranga

877

RESUMO:

Este artigo aborda a espacialidade dos surdos na cidade de Belém-PA, pretende inserir na discussão o uso do território por este grupo social. O território passa a representar a resistência, a identidade e torna-se meio de inclusão social por meio do uso e valorização da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) nestes territórios. Discute-se também, como a Língua Brasileira de Sinais passa ser representada como língua majoritária utilizada pela comunidade surda para expressar seus pensamentos e reconhecida como referência identitária. Para a realização deste trabalho utilizou-se uma pesquisa bibliográfica sobre a formação escolar de surdos, a língua de sinais e posteriormente, a questão conceitual de território; num segundo momento, optou-se pela pesquisa de campo na qual utilizou-se entrevistas semiestruturadas com os estudantes portadores de surdez. Por fim, buscou-se sistematizar os resultados obtidos e a priori constata-se que a escolha por parte da maioria dos alunos surdos por determinados espaços na cidade de Belém se deve a uma questão simbólica do lugar, relaciona a fatores históricos e também presentes.

PALAVRAS — CHAVES: Território, Identidade, Surdos, Inclusão social.

En este artículo se aborda la espacialidad de los sordos en Bethlehem, PA, tiene la intención de entrar en la discusión del uso del territorio por parte de este grupo social. El territorio representará a la fuerza, identidad y se convierte en un medio de inclusión social a través del uso y el aprecio de la Lengua Brasileña de Señales (Libras) en estos territorios. También se discuten, como la Lengua Brasileña estará representada como el idioma más utilizado por la comunidad sorda a expresar sus pensamientos y reconocido como referente identitario. Para este trabajo se utilizó una investigación bibliográfica semiestructurada en la educación de los sordos, la lengua de signos y más tarde, la cuestión conceptual de territorio, en segundo lugar, se optó por la investigación de campo, donde se utilizó entrevistas con estudiantes con sordera. Por último, se intentó sistematizar los resultados y, a

ISBN: 978-85-99907-05-4

I Simpósio Mineiro de Geografia – Alfenas 26 a 30 de maio de 2014

priori, parece que la opción para la mayoría de los estudiantes sordos por ciertos espacios de la ciudad de Belén se debe a un problema simbólico del lugar, y también se refiere a los factores históricos presentes .

PALABRAS - CLAVE: Território; Identidad; Inclusión Social; Sordos.

EIXO 8: GEOGRAFIA URBANA

878

1. INTRODUÇÃO

A formação da cidadania implica o envolvimento consciente de todas as camadas da sociedade, de maneira participativa e atuante, com vistas a preservar os valores humanos de todos os cidadãos que nela estão inseridos, como forma de atenuar as desigualdades e injustiças sociais vigentes e fomentar a inclusão desses agentes como verdadeiros cidadãos.

O presente trabalho tem como objetivo apresentar um breve panorama sobre a identidade territorial dos surdos nos múltiplos espaços sociais urbanos da cidade de Belém. A presente abordagem tem como base os estudos de vários teóricos da área de Geografia, por exemplo como Ruy Moreira e M. L. Souza, os quais fundamentam o espaço social como uma ocupação estável e periódica, a qual depende dos agentes envolvidos nesse processo, é um tipo de ocupação flexível, visto que essas áreas poderão ser ocupadas ou não, de acordo a relação dos atores envolvidos nesse território de socialização.

Tornar de suma relevância, em virtude de contribuir para uma interlocução geográfica o sujeito surdo que define territorialidade para o encontro, uso da LIBRAS e reafirmação de sua identidade. Analisar de forma eficaz a situação das pessoas surdas no Brasil e não de uma legislação que seja específica no que diz respeito aos seus direitos de educação, trabalho e saúde, observando a consonância com o fundamento constitucional da dignidade do ser humano.

A pesquisa será abordada através de levantamentos bibliográficos, de trabalho de campo, como entrevistas e elementos pertinentes ao assunto deste estudo.

2. O USO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS).

A língua é um fenômeno social. Ela só se realiza ligada histórica e culturalmente a uma comunidade de usuários. Não existe língua se não existirem os sujeitos da língua. Isso

significa que aprender o conjunto de regras que rege, aprender uma língua é mergulhar no espaço em que ela vive (BAGGIO & CASA NOVA, 2009). As Línguas de Sinais (LS) são as línguas naturais das comunidades surdas. Assim como, as Línguas de Sinais Brasileira (LSB) que é a natural língua da comunidade brasileira, conhecida como Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e definida pela Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (FENEIS), como sendo a principal língua dos surdos brasileiros que poderão aprender e por qualquer pessoa interessada na comunicação gestual-visual. No entanto, os surdos têm como objetivo conquistar sua total cidadania e o reconhecimento de sua própria língua.

A Legislação oficial a Língua Brasileira de Sinais é datada em 2002 e recebe o número 10.436:

“At.1º- É reconhecido como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais-Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único – Entende-se como Língua Brasileira de Sinais Libras - a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, como estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.”

O 24 de abril de 2002 é uma data muito importante para esta lei, por reconhecer a Língua Brasileira de Sinais como sendo oficialmente a segunda língua do Brasil a qual pode ser usada pelas pessoas Surdas. E como isso, é necessária a criação de um decreto que a regulamente. O Decreto nº 5.626, de 22 de Dezembro de 2005, das disposições preliminares:

“Art.2º Pra fins deste Decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais-Libras.

Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis(dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.”

A LIBRAS tem como primeiro *status* na comunidade surda brasileira (L1) e a língua portuguesa com a segunda língua (L2). Isso ocorre devido aquisição da língua portuguesa (oral-auditiva) pelo surdo só pode se realizar por meio de aprendizagem formal.

O convívio entre pessoas tornou natural as línguas de sinais. Passando qualquer conceito, concreto ou abstrato, emocional ou racional, complexo ou simples por meio delas, por ter regras e estruturas são chamadas de LÍNGUAS. Utilizam de um meio visual-espacial e oral-auditivo, precisamos estar ao alcance da visão para que o sinal seja notado e percebido pelo receptor.

As línguas de sinais não são universais, por isso aqui no Brasil a Língua Brasileira de Sinais-Libras é utilizada por pessoas Surdas no país. Para a confecção de um sinal na Língua Brasileira de Sinais, precisaremos de cinco parâmetros desta língua, composta por:

- A Configuração das Mãos (CM), representada como sendo a mão de dominância no momento inicial do sinal com o domínio das duas mãos;
- Ponto de Articulação (PA), pode ser a parte do corpo ou o sinal poderá ser realizado num espaço neutro vertical ou espaço neutro horizontal;
- Movimento (M), é a deslocação da mão no espaço na execução do sinal;
- Orientação ou Direcionalidade (O/D), é a direção que o sinal terá para ser executado;
- Expressão facial e/ou corporal (EF/C) é um complemento facial e até corporal para fazer ser compreendidos.

A realização de um sinal precisa ser atendida, visto que uma pequena mudança já poderá significar outro sinal. Assim como o português e qualquer outra língua onde o país é vasto, também há variações geográficas da língua de sinais de uma região para outra, no mesmo país. Não podendo esquecer que, os sinais podem se tornar impróprios, mudarem seus sentidos etc., algo característico de uma região.

2.2. HISTÓRICOS DOS SURDOS NA SOCIEDADE E NA SUA EDUCAÇÃO

Os históricos relatados a respeito do tratamento recebido pelas pessoas com deficiências são perversos e sem dúvida uma demonstração de vitimização que os surdos foram submetidos. Vitimas de extermínio e de isolamento, pois eram olhados como uma aberração.

Os surdos eram adorados como se fossem deuses no Egito, sendo temidos e respeitados pela população e serviam de mediadores entre os deuses e os Faraós. Na Grécia, principalmente na Esparta, eram condenados à morte ao nascer, e o fato era considerado de mau agouro para a família. Plantão o grande filósofo, recomendava que os defeituosos se juntassem às defeituosas, raramente possível, e que seus filhos não fossem criados. Para Aristóteles, os surdos não tinham capacidade de raciocinar. No entanto, Sócrates, declarou que era aceitável que os surdos comunicassem com o corpo e as mãos. Os chineses lançavam-nos ao mar. Gauleses sacrificavam-nos aos deuses. Na Índia Antiga, as pessoas portadoras de doenças incuráveis eram atiradas às margens do rio Ganges, com suas bocas e narinas tapadas com a lama do rio sagrado. Já no final da Idade Média e no começo do Renascimento, que as perspectiva da razão e a religiosa, em que a deficiência passa a ser analisada por visão medica e científica.

Nesse passado os surdos eram considerados incapazes de aprender, por isso, não frequentavam as escolas, excluídos da sociedade ficando com a própria sobrevivência comprometida. No entanto, não se tem oficialmente, dados concretos do surgimento da Língua de Sinais no mundo. Pois, o uso do alfabeto manual se deu no século XVII, pelas pessoas surdas, na Espanha. E nesse mesmo período os monges, também faziam parte desse tipo de comunicação nos mosteiros, devido o voto do silêncio e passando a ensinar o

ISBN: 978-85-99907-05-4

I Simpósio Mineiro de Geografia – Alfenas 26 a 30 de maio de 2014

alfabeto dos surdos. O monge Pedro Ponce de León é considerado o primeiro professor dos surdos na história, dedicou-se a essa educação, usando um parâmetro a datilologia, a escrita e a fala, porém, não há dados suficientes no seu método de educação, devido à tradição da época guardado esse segredo sobre as normas educativas.

Abade L'Épée, na França, fundou uma classe para pessoas surdas, com uma metodologia de linguagem gestual denominada de "A LINGUAGEM DE SINAIS METÓDICOS". Abade Sicard, sucesso de Abade L'Épée, escreveu o primeiro dicionário em sinais. No Segundo Império do Brasil, a chegada do educador francês Padre Hernet Huet (o educador era Surdo) trouxe o alfabeto manual francês e a Língua Francesa de Sinais criada por Abade L'Épée, para o "método combinado" a dar origem à Língua Brasileira de Sinais, no entanto, não havia escolas especiais. Foi L'Épée, o educador mais importante a desenvolver a língua de sinais em terras brasileiras, um convite de Dom Pedro II, para trabalhar com os surdos brasileiros. Em 1857, foi solicitado para o Imperador Dom Pedro II, uma Instituição dos Surdos-Mudos do Rio de Janeiro, hoje a atual Instituto Nacional dos Surdos - INES. Foi a partir deste instituto que surgiu da "mistura" da Língua de Sinais Francesa, traduzida pelo padre Huert, com a língua de sinais brasileira antiga, já usada pelos surdos das várias regiões do Brasil, a Língua Brasileira de Sinais. (FELIPE, 2005, pág.135)

Acredita-se que através de um ensino que atenda às necessidades dos surdos, eles poderão fazer parte entre e outras condições de igualdade com os ouvintes. Assim, "uma política educacional que leve em conta a realidade e tradição dos surdos no Brasil poderá reverter o atual quadro de insatisfação, em relação à qualidade da educação para surdos, que prevalece nas comunidades surdas". (FELIPE, 2005, pág. 158)

Entre 1930 e 1947, Dr. Armando Paiva Lacerda desenvolveu a Pedagogia Emendativa do Surdo-Mudo que mais uma vez o método oral seria a única maneira do Surdo se incluir na sociedade. Em 1951, a direção passou a ser da Prof.(a) Ana Rímoli de Farias Dória, a grande inovação dessa gestão foi a implementação do Curso Normal de Formação de Professores para Surdos e recebeu professores de todo país para fazer o curso que tinha duração de três anos e o oralismo foi usado como método. Outra instituição de suma importância foi o IESP (Instituto Educacional São Paulo), fundado em 1954, foi doado em 1969 para a PUC/SP e atualmente é uma das grandes referencias de pesquisas e estudos na área da deficiência auditiva.

A educação especial no Pará avançou significativamente, a respeito do modelo integrador para alimentar a ideia de aprendizagem para atender os alunos com deficiência.

E o Instituto Felipe Smaldone de ação filantrópica, junto com a Instituição Professor Astério de Campos de ação governamental são referencias de ensino para o estado.

O Instituto Felipe Smaldone, foi fundada na Itália no ano de 1930, pelo Padre Felipe Smaldone que se dedicou a educação dos surdos e fundou a Congregação das Irmãs para dar continuidade a missão as pessoas surdas. 1972 no Brasil, a Congregação se estabeleceu na cidade de Belém do Pará, e suas atividades iniciou em 25 de Março de 1973, com 27 alunos surdos na faixa etária de 0 a 14 anos, no regime semi-interno, os alunos são matriculados em turmas de alfabetização a 4º série do Ensino Fundamental, com objetivo de habilitar e reabilitar os portadores surdos que moram nos bairros da cidade.

Sendo uma entidade sem fins lucrativos, sustentada por doações de terceiros e o convênios de órgãos públicos como a FUNPAPA e SEDUC. Atende às crianças com deficiência auditiva para desenvolver programas de Estimulação, Integração e Inclusão na rede regular e a Comunicação Oral e Gestual como LIBRAS. Após o último ano de estudo na Instituição os alunos são remanejados para escolas integradas como Colégio Gentil Bittencourt, Colégio Santa Rosa, Colégio Santa Catarina de Sena, Escola Berço de Belém, sendo que 1979, deu-se inicio ao processo de integração nas escolas publicas como, E.E. Justo Chermont, E.E. Maroja Neto, E.E. Paulino de Brito, E.E. Joaquim Viana, E.E. Madre Zarife de Sales, E.M. Santana Marques, E.E. Placídia Cardoso, E.E. Benjamim Constant.

O Instituto Prof^o. Astério de Campos foi fundado no dia 21 de outubro de 1960, sob a denominação de Escola de Educação para Surdos, na gestão do Governador Luís Geólas Moura Carvalho, por meio do Decreto nº 3174, funcionando na Escola Serra Freire, tendo como objetivo o desenvolvimento das potencialidades dos alunos surdos e sua inclusão social. Integra a estrutura da Secretaria Executiva de Educação do Estado do Pará - SEDUC, como uma das unidades da Coordenadoria de Educação Especial - COEES. A Unidade oferece os seguintes níveis de ensino: Educação Infantil, desde a Estimulação Precoce, Maternal, Jardins I e II, Alfabetização, Ensino Fundamental de 1ª à 4ª série, EJA (Educação de Jovens e Adultos) e um Curso Pré-Vestibular e, os serviços de apoio à inclusão educacional. O Instituto tem a missão de assegurar o direito de acessibilidade comunicacional das pessoas surdas, desenvolver um ensino de qualidade por meio de princípios éticos respeito às diferenças individuais e possibilitar a formação de cidadãos críticos, participação no processo educacional e social.

A educação no Pará dentro dos parâmetros surgiu para atender às pessoas surdas nas escolas especializadas no programa educacional e a reabilitação do aluno com deficiência frequentar as escolas regulares. Então, podemos concluir que a educação no

Pará significa um salto no modelo de integração e inclusão de ensino, no aprendizado dentro das necessidades de cada um.

Hoje, temos que nos unir e nos empenhar para fazer com que essa barreira comunicativa possa ser estreita, e possamos viver num mundo com as mesmas oportunidades e independência para todos. A quebra de preconceitos em relação à Língua Brasileira de Sinais possibilita aos surdos ter uma vida normal, saudável, caracterizada pelo desenvolvimento intelectual completo e adequado, que nem longe possa ser esquecida suas necessidades e diferenciações linguísticas.

2.3. CULTURA, IDENTIDADE E COMUNIDADE DO SILÊNCIO

Cultura é fundamental para a compreensão de diversos valores morais e éticos que guiam nosso comportamento social. Entender como estes valores se internalizaram em nós e como eles conduzem nossas emoções e a avaliação do outro, é um grande desafio. É um processo em permanente evolução, diverso e rico, um desenvolvimento de um grupo social, uma nação, uma comunidade; fruto do esforço coletivo pelo aprimoramento de valores espirituais e materiais, estando em permanente processo de mudança.

Ao focalizar a representação da identidade surda em estudos culturais, tenho de me afastar do conceito de corpo danificado para chegar a uma representação da alteridade cultural que simplesmente vai explicar a identidade surda. O conceito de corpo danificado remete a questões de necessidade de normalização, o que significa trabalhar o sujeito surdo do ponto de vista do sujeito normal ouvinte (PERLIN,2005).

A cultura dos surdos se modifica todos os dias, ignorada de certa forma desconhecida, como uma forma de abafar o que é vivido e visto. Com isso, é necessário o surdo adquira culturas dos ouvintes, para alguns surdos significa se tornar um ser aculturado. Através das variedades de experiências e de diferentes perspectivas de valores e poderes. Existem surdos que adquirem referências culturais mais fortes, tendem a dominar outros que não as possuem, afirma Lopes (1998,p. 119).

As trocas culturais e de poderes desiguais entre Surdos que compartilham de uma situação linguística semelhante auxiliam no processo de ocupação territorial escolar, na organização de movimentos Surdos, na convivência e na formação de comunidades surdas.

Cultura surda relaciona também uma questão de identitária. Pois, o surdo estará tão próximo da cultura surda a depender da identidade que assume dentro da sociedade, por

intermédio de transmissão coletiva de comportamentos do povo surdo nas comunidades surdas, ocorrendo naturalmente quando os membros surdos se encontram nestas comunidades. Para doutora Strobe (2008, p.31), desperta uma necessidade de transmitir uma identidade e cultura surda, porém, não há como fazer com que os surdos convivessem isolados em suas comunidades surdas e sem nenhum tipo de contato com os ouvintes. No entanto, os surdos se identificam com suas comunidades e estão mais motivados a valorizar a sua condição cultural, obterem mais orgulho e autoestima na sua construção de identidade e ao se relacionar interculturalmente com os ouvintes, criando um respeito de um sujeito “diferente” e não como um sujeito “deficiente”.

Na obra “As imagens do outro sobre a cultura surda” da doutora Strobel (UFSC, 2008), algumas características próprias da cultura surda, compreendidas como atitudes ser um surdo que perceba e modifique o mundo. Definidas como, *experiência visual* utilizando a visão como meio de comunicação (p.39); *linguística* na qual o surdo tenha acesso à língua de sinais e a participação na comunidade com maior segurança, autoestima e uma identidade sadia (p.45); a *familiar* o seu maior problema é a carência de diálogo, a falta de entender ou de ter a noção do que seja a cultura surda (p.51); *literatura surda* se estender há diversos gêneros como poesia, piadas, literatura infantil, clássicos, fabulas, contos, romances, lendas e outras manifestação (p.56); *vida social e esportiva* são acontecimentos tais como, casamento entre surdos, festas, lazeres e atividades nas associadas de surdos, eventos esportivos e outros (p.61); *artes visuais* são identificadas com pinturas como culturas próprias e fazem comparações de diferentes culturas (p.66); *políticas* frequentam em diversos movimentos e lutas do povo surdo pelos seus direitos (p.71) e *materiais* que auxiliam as acessibilidades nas vidas de sujeitos surdos (p.76).

Um grupo de pessoas que vive num determinado local partilham os objetivos comuns dos seus membros, e que por diversos meios trabalham no sentido de alcançarem estes objetivos (PADDEN e HUMPHIRES, 2005, p.5). Podemos dizer que as comunidades surdas surgem na união de sua identidade e cultura. E essa união dá o lugar de afirmação às necessidades e de trocas de experiências, responsabilizando a transmissão aos seus componentes os conceitos culturais, esportivos, políticos, religiosos e fraternais, diferenciando de acordo com seus interesses existentes. Para doutora STROBE (2006,p.30) “um grupo de sujeitos surdos que usam a mesma língua, tem costumes, histórias, tradições comuns e interesses semelhantes”. A comunidade surda é um grupo *local* formado por surdos e até mesmo ouvintes que podem fazer parte das comunidades surdas, e eles são seus familiares, amigos, colegas de escola e trabalho, intérpretes de LIBRAS, companheiros (namorados (as) ou maridos/esposas), etc.

2.4. INCLUSÃO DOS SURDOS NA SOCIEDADE

É difícil de acreditar que pessoas são excluídas. A Inclusão Social está ligada a todas as pessoas que não têm as mesmas oportunidades dentro da sociedade. O mundo sempre esteve fechado para mudanças, em relação a essas pessoas, porém, a partir de 1981, a ONU (Organização das Nações Unidas) criou um decreto tornando tal ano como sendo o Ano Internacional das Pessoas Portadoras de Deficiências (AIPPD), época em que passou-se a perceber que as pessoas portadoras de alguma necessidade especial eram também merecedoras dos mesmos direitos que os outros cidadãos. A princípio, eles ganharam liberdade, permitiram maior acesso, aos poucos, o mundo foi se remodelando para dar-lhes maiores oportunidades.

No entanto, a nossa cultura tem uma pequena experiência em relação a Inclusão Social, as críticas por igualdade de direitos e não cooperação com aqueles que fogem dos padrões de normalidade estabelecido por um grupo de maioria. Somos também, diferentes aos olhos deles.

A discussão de inclusão vem apresentando como reconhecimento social, porém, na prática funciona como exclusão. Na medida em que os surdos precisam estar preparados para reivindicar seus direitos, ganhar experiência em comunidade e ao estar com amigos. Portanto, podemos considerar questões para desenvolver uma metodologia de trabalho apropriada dentro das necessidades dos surdos, pois, a pessoa surda não é responsável por todas as suas dificuldades, que geralmente enfrentam, o desafio e a necessidade de comunicação, que todos indivíduos carecem.

O que lhe falta é a oportunidade de se socializar e de inserir como pessoa nos meios de interação social, utilizando sua língua de sinais a LIBRAS. "A sociedade não tem possibilitado ao surdo a utilização da sua forma mais peculiar de significar o mundo, não estimula e não entende a língua de sinais e sua importância para comunidade surda" (GODFIELD, 2002, p. 53). A sociedade deve se estabelecer na reconstrução do uso da democracia e de sua cidadania, reconhecendo e respeitando as diferenças, convivendo na diversidade, como um propósito de integração e inclusão.

Afinal, a inclusão acontece a partir de a sociedade e os próprios surdos, devem se organizar e reivindicar seus espaços em busca da igualdade e da sua função como cidadãos. Pode acontecer ou não nos lares, nas escolas, nas igrejas, nos aeroportos, nos shoppings ou em qualquer espaço, no qual o ser humano interaja.

Na medida que os surdos precisam estar preparados para reivindicar seus direitos, ganhar experiência em comunidade e ao estar com amigos. A menção a uma comunidade de surdos traz uma discussão sobre esse tópico, é um ponto interessante para planejar uma política pública, em particularmente quando se organizar o território urbano e no acesso à cidade.

A inclusão e o assunto relacionado ao território, a convivência de grupos, a existência ou não de territórios de surdos onde as "experiências de ser surdo" deve ser prosseguir. A dinâmica urbana supõe-se a formação dos territórios ocupados por surdos, apesar de reconhecer por grupos e comunidades surdas é pensar sobre o espaços que têm servido de território para que a comunidade surda se constitua e se mantenha como tal (LOPES e

VEIGA NETO, 2006). Para Milton Santos (1996), será visto como um conjunto de formas representativas de relações sociais e como manifestação da interação física e social.

3. MOBILIDADE TERRITORIAL DOS SURDOS

A Geografia contribui significativamente para a abordagem conceitual de território, expressando-se como um conceito chave nesta ciência. Mesmo partindo de várias vertentes teóricas, usamos a perspectiva de Santos (2002; p.9) para definir território, Segundo o autor

O Território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. (SANTOS, 2002)

Outra característica dos territórios está no fato de serem dinâmicos. Enquanto relações sociais projetadas no espaço, os territórios podem desaparecer mesmo que os espaços correspondentes (formas) continuem inalterados. Esta situação sugere a existência de territorialidades flexíveis, que podem ser territórios cíclicos, que se apresentam periodicamente ou sazonalmente ou podem ser territórios móveis como os sugeridos por Sack (1986). Ainda na contribuição deste autor a territorialidade se manifesta como, “um componente do poder, não é somente um meio de criação e manutenção da ordem, mas é um instrumento para criar e manter muito do contexto geográfico através do qual nós experienciamos o mundo e damos a ele significado” (SACK, 1986, p. 219).

Portanto, torna-se de suma relevância abordar na perspectiva geográfica formas diferenciadas de uso de território por grupos sociais, como os “surdos”, pessoas com baixa ou nenhuma audição. Estes grupos sociais, como forma de resistência e afinidade encontram nas reuniões um meio de socialização. Desta forma, elegem lugares que expressam de alguma forma uma identidade com o grupo, assim, definem seus territórios de uso de acordo com demandas internas. “ ‘Ocupar um lugar no espaço’ tornou-se, assim, o termo forte na nova espacialidade. Expressão que indica a principalidade que na estrutura do espaço vai significar estar em rede. Fruto da rede, o lugar é o ponto de referência da inclusão-exclusão dos entes na trama da nodosidade” (MOREIRA, 2012, P.173).

Como observado em pesquisa de campo o território dos Surdos na cidade de Belém, se apresenta dentro deste contexto abordado acima. Compartilham experiências usando a mesma língua, os mesmos costumes, histórias, interesses e culturas em comuns. O uso de aparelhos celulares e redes sociais, são os mais utilizados para marcar o encontro, definido coletivamente o “local escolhido”, tornando-se o território móvel, a referência imediata e

momentânea, assim, como os Shopping Centers da região (Castanheira, Pátio Belém e Boulevard), Orla de Icoaraci, Praça da República, Praça Batista Campos, Estação das Docas, Igreja Evangélicas e entre outros pontos, assim como os locais de trabalho são referências territoriais do grupo. E é daí que surge as comunidades surdas na união de sua identidade e cultura.

O território “nômade” é característico de grupos “excluídos” que passam por ausência ou repressão da sociedade como os surdos. Na linguagem expressa pelo jovem J.F. (25 anos), participante assíduo dos encontros entre surdos, é perceptível o sentimento de exclusão e a referência ao encontro como identificação coletiva, de acordo com o jovem “esses encontros nos possibilita sair de casa, encontrar outras pessoas igual a gente, trocamos informações, a gente não se sente fora do mundo, somos iguais”.

Outra entrevistada destacou a importância dos encontros para provocar a sociedade, M. C. S. (30 anos), utilizando a língua de sinais, manifestou o seguinte pensamento:

Nosso encontro sempre é num lugar diferente, a gente vai no Shopping, na Orla de Icoaraci, nas praças, o povo fica olhando pra gente, surdo não pode namorar? Surdo não pode sair de casa? Temos que fazer isso, para mostrar que existimos, somos como qualquer outra pessoa. Quando escolhemos um local, ali é nosso lugar, chegamos e ocupamos, é o nosso lugar. (M.C.S. 30)

Percebe-se que o uso desses territórios móveis tornam-se de grande valia para estes grupos, permite o acesso ao lazer e afirmação perante a sociedade. Tendo lugar a mudança, associada à rapidez do aumento da densidade e da escala da circulação (MOREIRA, 2011). Desta forma, as territorialidades construídas pelo uso social de espaços públicos e privados contribuem para revelar a diversidade social, econômica, religiosa e cultural da sociedade, como também, para desvelar a resistência por meio da mobilidade e concentração em determinados territórios de uso momentâneo do grupo. Característica dessa sociedade, que desenvolve esse tipo de *rede* de circulação iniciando um movimento de desterritorialização, que ocorre paralelamente.

3.1 O lugar como referência de encontros.

Em termos das categorias científicas da geografia, além de território, definimos a categoria **lugar** por permitir o reconhecimento dos objetos naturais e sociais da rotina dos atores sociais, além de significar a dimensão do espaço vivido, experienciado. O lugar é, portanto, “o habitual da vida cotidiana, mas, por outro lado, também é por onde se concretizam relações e processos globais” como afirma Cavalcanti (2008, p. 50). É através

das apropriações vividas e percebidas por meio do corpo que os lugares ganham sentido. Deste modo, Carlos (2007a) assevera que,

[...] as relações de vizinhança, o ato de ir às compras, o ato de caminhar, a ação que marca o encontro com os conhecidos, permite os jogos, as brincadeiras, dando sentido ao ato de habitar. Trata-se de lugares que o homem habita (...) e que dizem respeito a seu cotidiano e a seu modo de vida: lugares por onde se locomove, onde trabalha, flana, o espaço da casa e dos circuitos de compras, dos passeios, isto é, formas através das quais o homem se apropria de seu mundo imediato que vai ganhando o significado dado pelo uso e suas possibilidades (CARLOS, 2007, p. 44).

Para Milton Santos (1996), lugar que existe e não o mundo, de vez que as coisas e as relações do mundo se organizam no lugar, mundializando o lugar e não o mundo. Tudo depende como estabelece as correlações de forças de seus componentes sociais dentro de uma relação em rede (as comunidades surdas).

Ao escolher um determinado lugar para os encontros, como praças, shopping, dentre outros, os grupos de surdos, não escolhem aleatoriamente, escolhem, por que esses lugares representam algum significado, identificam suas rotinas, suas mobilidades diárias. De acordo com Méo (1999) citado por Ferreira (2000, p. 67) “o conceito de mundo vivido exprime uma relação existencial, portanto subjetiva, que o indivíduo, ou o grupo social, estabelece com os lugares”. Ele acrescenta ainda que para conhecer o mundo vivido é preciso o conhecer seus atores sociais, suas práticas, representações e imaginário espaciais. O modo intersubjetivo, conforme Moreira e Hespanhol (2007), admite um diálogo entre a pessoa e a subjetividade do seu mundo, sendo este mundo permeado de valores, bens, significados e experiências pessoais. As experiências intersubjetivas não são fixas e imutáveis, mas, variam com as mudanças e as atitudes. É portanto, neste sentido de lugar que podemos compreender o lugar dos surdo, suas escolhas de lugares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de uma ampla pesquisa, com este artigo podemos dizer que os surdos são indivíduos que sempre buscaram se destacar a partir de uma necessidade de serem entendidos, respeitados e valorizados dentro das condições sociais que todo indivíduo merece e recebe da sociedade. São indivíduos, marcados pela especificidade de sua condição física, pelo requisito do domínio de uma língua, para viabilizar sua relação como os outros segmentos da população, mas também de um projeto, de vida e cidade.

Destacamos também, o problema territorial, desde que o território seja também entendido por seus aspectos socioculturais e que se desdobre na construção de redes de relacionamento, houve o reconhecimento que territórios de surdos podem surgir de maneira espontânea e disseminar de sua forma educacional e do seu conhecimento desigual, potencializando sua cultura e o meio de comunicação específica a Língua de Sinais Brasileira (LIBRAS), que é um grande mediador na relação com os ouvintes e amplia seu uso na comunicação.

Citamos a Inclusão de pessoas surdas, que no Brasil é um retrocesso pela maneira em que vem desenvolvendo, e logo ocorrerá o sumiço da cultura e da linguagem, que ainda permanece. Essas vozes do silêncio, que se comunicam perfeitamente com as mãos, desejam apenas experimentar um princípio elaborado na terra, mas também divino: a dignidade humana (NOVAES, 2010, p.10).

REFERÊNCIAS

- BAGGIO, Maria Auxiliadora e CASA NOVA Maria das Graças – **LIBRAS**. ULBRA
- BLOG. Instituto Felipe Smaldone. Disponível.
- BLOG. Rebeca Nemer. Disponível.
- BLOG. UEE. Profº Asterio de Campos. Disponível.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: Labur Edições, 2007, 123p.
- CAVALCANTI, L.S. **A geografia escolar e a cidade: ensaios sobre o ensino de Geografia para a vida urbana cotidiana**. Campinas-SP: Papirus Editora, 2008.
- FELIPE, Tanya A. **LIBRAS em Contexto: Curso Básico: Livro do Estudante**. 5º edição – Rio de Janeiro: LIBRAS Editora Gráfica, 2005.
- FERREIRA, Luiz Felipe. **Acepções recentes do conceito de Lugar e sua importância para o mundo contemporâneo**. Revista Território, Rio de Janeiro, ano V, 11" 9, pp. 65-83, jul./dez., 2000
- GOLDFELD, M. A. **Criança Surda – Linguagem Cognição numa perspectiva sociointeracionista**. São Paulo, Editora: Plexus, 2002.
- LOPES, M.C.; VEIGA –NETO, A. **Marcadores culturais surdos: quando eles se constituem no espaço escolar**. Perspectiva, Florianópolis, Volume 21, Edição especial-jul./dez. 2006
- LEI FEDERAL N. **10.436**, de 24 de Abril de 2002-Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)
- MAZZOTA, M.J.S. **Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.
- MOREIRA, Erika Vanessa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. **O lugar como uma construção social**. Revista Formação, nº 14 volume 2 – p. 48-60, 2007.
- MOREIRA, Ruy. **GEOGRAFIA E PRÁXIS: a presença do espaço na teoria e na prática geográfica**. São Paulo, Editora: Contexto, 2012.
- MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico?: Por uma epistemologia crítica**. São Paulo, Editora: Contexto, 2011.
- MOURA, M.C. **O Surdo – Caminhos para uma Nova Identidade**. Rio de Janeiro: Editora Revinter, 2000

MOURA, M.C.; A.C.B.; HANRISON, K.M.P. **História e educação: o surdo, a oralidade e o uso de sinais.**

NOVAES, Edmarcius Carvalho. **Surdos: Educação, Direito e Cidadania.** Rio de Janeiro. Editora: Wak, 2010.

PADDEN, Carol; HUMPHRIES, Tom. **Deaf in américa: voices from a culture.** Cambridge: Harvard University Press, 2000.

PEREIRA, Luiz. **A escola numa área metropolitana.** São Paulo. Pioneira, 1976.

PERLIN, Gladis & Stobel, Karin. **Fundamentos da Educação dos Surdos.** Florianópolis, acesso: www.pt.scrib.com.

SANTOS, M. – **A natureza do espaço: técnicas e tempo – razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996

SASSAKI, R.K. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.

Site <http://www.cultura-sorda.eu/Resources>

SOARES, M.A.L. **A Educação do surdo no Brasil.** Bragança Paulista: Editora Autores Associados, 1999.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda.** Florianópolis.: Editora da UFSC, 2008.